

JUSTIFICATIVA DA INVIABILIDADE DA COMPETIÇÃO

Processo Administrativo nº 07/2025

Inexigibilidade nº 01/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

1 – DA NATUREZA DO OBJETO QUANTO À INEXIGIBILIDADE

A contratação direta sob análise fundamenta-se na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, quando houver inviabilidade de competição, em especial quando a contratação se referir a serviços relativos à recuperação de créditos tributários ou previdenciários, desde que comprovado o risco envolvido na execução e que a remuneração seja exclusivamente na forma de sucesso da demanda (ad exitum).

A Lei Federal nº 14.133/2021, tipifica expressamente serviços de recuperação tributária como hipóteses de inexigibilidade, reconhecendo sua estrutura técnica singular, seu elevado risco operacional e a assimetria natural de mercado na prestação desse tipo de serviço.

Tal previsão legal não é discricionária, mas sim baseada na natureza técnico-científica e pericial desses serviços, cuja execução demanda:

- a)** domínio do sistema previdenciário e tributário municipal;
- b)** cruzamento de bases de dados complexas (GFIP, SEFIP, eSocial, DCTFWeb);
- c)** análise atuarial e contábil;
- d)** interpretação normativa avançada;
- e)** metodologias próprias de auditoria;
- f)** domínio de ferramentas informatizadas especializadas;
- g)** responsabilidade técnica e defesa administrativa continuada.

Portanto, o enquadramento no art. 74, III, “c”, é objetivo e decorre da própria natureza do objeto.

2 – DA INVIABILIDADE DA COMPETIÇÃO

O serviço ora analisado, qual seja, a consultoria e auditoria tributária-previdenciária com solução informatizada e remuneração por resultado, encontra pleno respaldo como serviço técnico especializado, conforme disposto no art 6º, inc. XVIII, alínea “c”:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

[...]

c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;”

Além disso, conforme discorrido pelo Informativo de Jurisprudência nº 224 do TCE/MG:

REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RECONHECIMENTO. MÉRITO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. SINGULARIDADE. INCIDÊNCIA DE CRITÉRIOS SUBJETIVOS. ESFERA DE DISCRICIONARIEDADE DO GESTOR. COMPETIÇÃO INVIÁVEL. REGULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE PROJETOS BÁSICOS OU TERMOS DE REFERÊNCIA. IRREGULARIDADE. DANO PRESUMIDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS PARECERISTAS. AFASTADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. 1. Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, tendo como termo inicial a data de ocorrência do fato. 2. **O que marca a singularidade é o aspecto subjetivo da prestação do serviço, avaliado sob a ótica do prestador, que envolve a metodologia empregada, a experiência específica, o elemento criativo, o traço pessoal do profissional, que agregam às atividades qualidades que as tornam distintas de todas as**

outras disponíveis no mercado. 3. A exigência de elaboração de projeto básico ou termo de referência como etapa preliminar à contratação, mais do que uma formalidade em si, configura o sobrelevo dado pela lei a um modelo de planejamento para a realização de despesas públicas, na medida em que, ainda na fase interna das licitações, deve a Administração identificar a sua real necessidade e as potenciais soluções para seu atendimento, inclusive com o estudo das condições de mercado, para, então, delimitar adequadamente o que pretende contratar. 4. O dano presumido é comumente reconhecido pelos Tribunais de Contas nos casos de omissão nas prestações de contas, atendo-se a essa seara. Não compete às Cortes de Contas, contudo, deliberar sobre restituição de lucro espúrio obtido por empresa contratada por meio de fraude a certame licitatório, pois isso importaria a aplicação de pena de perdimento de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio de particular, sanção não prevista na Lei Orgânica do Tribunal. 5. O Tribunal de Contas não é instância disciplinar de pareceristas jurídicos, os quais somente se sujeitam a sanções no âmbito do controle externo pela emissão de seus pareceres quando houver nexo causal entre estes e o ato de gestão irregular. (Processo n. 1058702 – Representação. Rel. Cons. Subst. Victor Meyer. Deliberado em 12/11/2020. Disponibilizado no DOC de 12/2/2021)

Além disso, o § 3º, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevê expressamente que desempenho anterior, experiência prévia, organização e equipe técnica são elementos aptos a demonstrar notória especialização:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”**

Deste modo, a recuperação dos créditos previdenciários e tributários apresentada pela proponente decorre de um serviço cuja entrega depende exclusivamente da metodologia adota pela própria empresa, envolvendo algoritmos e sistemas informatizados próprios, trilhas de auditoria específicas, modelos matemáticos internos, bases de parametrização próprias, técnicas exclusivas de cruzamento de dados (GFIP, SEFIP, eSocial, DCTFWeb, RAIS, CNIS, etc.) e conhecimento jurídico e contábil acumulado de forma empírica.

Concomitantemente, a empresa encaminhou, juntamente à proposta apresentada, o conjunto integral de 20 (vinte) contratos firmados com diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, os quais evidenciam o desenvolvimento contínuo, reiterado e especializado de serviços idênticos ou equivalentes ao objeto ora pretendido.

Com isso, passa-se à análise dos referidos contratos apresentados pela proponente:

O primeiro contrato encaminhado no acervo dos documentos, refere-se ao Contrato Administrativo nº 54/2024, que celebram a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA e o Município de INHAÚMA/MG.

O contrato acima mencionado tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos especializados em Assessoria, Consultoria no fluxo dos processos administrativos entre o RPPS e os órgãos de origem dos aposentados e pensionistas, triagem e preparação documental, gestão administrativa e financeira para levantamento de dados de valores devidos, encaminhamento e acompanhamento de processos e recobrimento de haveres, originalmente recolhidos a outros órgãos oficiais depositários.

Não obstante, o segundo contrato apresentado, o contrato administrativo nº 118/2023, advindo de uma inexigibilidade de licitação, onde o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de ARRAIAS – ARRAIASPREV contratou a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, para a consultoria especializada na recuperação previdência própria para o município para a recuperação do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e os outros regimes próprios de previdência do Município de ARRAIAS – TO. Importante salientar que o contrato administrativo nº 118/2023, tem como anexo um atestado de capacidade técnica emitido pelo Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de ARRAIAS – ARRAIASPREV, onde é atestado que a empresa META

TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA cumpriu com a realização do objeto contratado pelo Fundo de Previdência Municipal.

Outrora, aponta-se também o Contrato Administrativo nº 08/2024, firmado entre o Município de Juvenília e a empresa ora proponente, o qual tem por objeto a adesão à Ata de Registro de Preços nº 054/2023, celebrada entre o Consorcio Público do Vale do Paraopeba (CODAP) e a empresa Meta Tecnologia Tributária, inscrita no CNPJ sob o nº 01.995.108/0001-24, pautando na prestação de serviços técnicos profissionais objetivando a implementação de ações e formalidades legais, necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com legislações pertinentes.

Em somatória, tem-se a Ata de Registro de Preços nº 001/2023, que entre si celebram o Município de Pequi/MG e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA e tem por finalidade o registro de preços para contratação de prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria no fluxo dos processos administrativos entre o RPPS e os órgãos de origem dos aposentados e pensionistas, triagem e preparação documental, gestão administrativa e financeira para levantamento de dados e valores devidos, encaminhamento e acompanhamento de processos e recobrimento de haveres, originalmente recolhidos a outros órgãos oficiais depositários. Importa-se que anexo a referida Ata de Registro de Preços, encontra-se também um atestado de capacidade técnica emitido em favor da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA que, além de atestar os serviços prestados pela referida empresa, contém: “a referida empresa está cumprindo ou já cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos no objeto contratado, nada constando que a desabone técnica e comercialmente”. E, ainda, após a emissão do atestado de capacidade técnica, o Município firmou o Termo Aditivo nº 02/2024 com a empresa, o que, de forma cristalina, comprova a satisfação do ente com relação à prestação dos serviços realizados pela empresa.

Outrossim, é apresentado o contrato nº 149/2024, firmado entre o Município de Acrelândia e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras.

Em adição, denota-se a Ata de Registro de Preços nº 008/2020, onde a Prefeitura Municipal de Britânia registrou os preços da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA visando a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em recuperação tributária de ativos referentes às taxas devidas e não arrecadadas pelas empresas atuantes no ramo de telecomunicações, mais precisamente a restituição de valores decorrentes de pagamento de TFF, TLF e TLA, não recolhido em favor do Município de Britânia-GO.

Noutro giro, anexou-se também o contrato nº 235/2022, realizado entre a Prefeitura Municipal de Taguatinga e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de auditorias técnica e contábil tributária para

recuperação de receitas por meio de valor agregado, em repatriação da previdência própria junto ao Regime Geral, ISSQN para compensação junto às obrigações tributárias correntes do Município de Taguatinga-TO. Em companhia do contrato, também é recebido o atestado de capacidade técnica formalizado pelo Município de Taguatinga em favor da empresa ora proponente, atestando integralmente a satisfação dos serviços realizados.

Igualmente, tem-se o contrato nº 209/2025, firmado entre Carnaubeira da Penha/PE e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, objetivando a contratação de serviços de suporte jurídico ao Instituto PASEP, atendendo as necessidades legais, com a prestação dos serviços técnicos e especializados para adoção de medidas administrativas e/ou judiciais junto ao PASEP, visando recuperar contribuições, sobre o status autorizado, dentre intervenções junto aos indeferidos, em exigências, aguardando análises, novas auditorias, dentre outros, Apuração de valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo com Atualização do crédito apurado, formalização da declaração de compensação por meio do PERD/COMP, monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência anual. Atrelado ao contrato nº 209/2025, também foi emitido atestado de capacidade técnica do Município de Carnaubeira da Penha em favor da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA que, além de atestar capacidade técnica, expressa que a referida empresa “possui plena idoneidade e confiabilidade” e “demonstra elevado padrão de qualidade, excelência técnica, comprometimento e postura ética”.

Não muito obstante, o contrato administrativo nº 049/2025, celebrado entre o Município de CASEARA/TO e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, tem por finalidade a contratação dos serviços para a reparametrização fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maiores sobre as GFIP/DCTF-WEB, envolvendo levantamento dos recolhimentos do INSS, por meio de análise e parciais dos documentos pertinentes ao regime celetista sobre as verbas indenizatórias da Previdência Social (INSS). Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a solução de consulta própria da Coordenação Geral de Tributação nº 278/2017 da SRF, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título de IRRF Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), Decisão STF Recuperação Geral - Tema 1.1130 Instrução Normativa RFB Nº 2.145/2023, com parecer Nº 5744/2022 - PGFN e pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023. Também, atrelado

ao contrato, é possível localizar o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Caseara-TO em favor da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, ressaltando a habilitação da mesma em executar serviços da mesma natureza ou semelhantes junto a quaisquer órgãos ou entidades públicas.

Noutra senta, é apresentado o contrato nº 138/2025, realizado entre o Município de Aragarças e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, objetivando a prestação dos serviços com a parametrização fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maior sobre GFIP/DCTF-WEB, bem como as verbas indenizatórias que envolve o levantamento do recolhimento do INSS/RAT-FAP e apurações dos valores recolhidos indevidamente a título do PASEP/IR e restituição do IRRF para o Município de Aragarças-GO.

Sob outro prisma, é elencado também o contrato nº 197/2025, o qual o Município de Cezarina/GO formalizou junto à empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, visando a Contratação de empresa especializada no estudo técnicos na prestação de serviço de Auditoria na Repatriação de ativos financeiros previdenciários do RGPS ao RPPS para o Instituto do Município, com aptidão no levantamento de dados e Otimização sobre a preparação da execução com encaminhamento e acompanhamento do retorno financeiro para a promoção das ações e formalidades legais necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com a legislação pertinente.

Adicionalmente, o mesmo Município, Cezarina/GO, também formalizou o contrato nº 165/2025 junto à empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, que tem como objeto a contratação dos serviços para a reparametrização fiscal dos recebimento dos valores pagos a maiores sobre as GFIP/DCTF-WEB, envolvendo levantamento dos recolhimentos do INSS, por meio de análise e perícias dos documentos pertinentes ao regime celetista sobre as VERBAS IDENIZATÓRIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS). Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a Solução de Consulta própria da Coordenação Geral de Tributação n. 278/2017 da SRF, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título IRRF Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), Decisão STF Repercussão Geral – Tema 1.1130 Instrução Normativa RFB Nº2.145/2023, com parecer Nº 5744/2022 – PGFN e pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023. Realização de verificação técnica e minuciosa dos valores recolhidos pela PREFEITURA nas últimas 65 (sessenta e cinco) competências mensais, incluindo

as folhas de pagamento específicas do décimo terceiro salário, mediante análise integral da documentação fiscal, contábil e previdenciária referente ao período, discriminada por estabelecimento (CNPJ), com o objetivo de identificar eventuais incorreções e recolhimentos indevidos ou a maior junto ao INSS; Verificação da possível redução tributária referente a contribuição denominada RAT (riscos Ambientais do Trabalho); para revisão e avaliação de possível redução tributária, objetivando a readequação da Alíquota praticada pelo município, de acordo com a atividade preponderante exercida e, conseqüentemente, a restituição do que já foi recolhido indevidamente nos últimos 60 (sessenta) Meses; No que se refere aos créditos previdenciários vinculados ao RAT/FAP, realizar-se-á a apuração das verbas de natureza indenizatória não incorporáveis aos proventos de aposentadoria e, portanto, não sujeitas à incidência de contribuição previdenciária, conforme dispõe o §1º do art. 4º da Lei Federal nº 10.887/2004 e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 593.068. Serão igualmente realizadas a análise, adequação e recuperação das contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente a título de RAT – Risco de Acidente de Trabalho, cuja alíquota tenha sido aplicada de forma incorreta pelo Município, mediante verificação do correto enquadramento, competência por competência, com a devida individualização dos valores. Será elaborado banco de dados com base nas informações declaradas à Secretaria da Receita Federal ao longo dos últimos 60 (sessenta) meses, identificando os servidores cujas verbas sofreram incidência indevida, promovendo-se a retificação das GFIPs transmitidas, com exclusão das verbas não tributáveis e formalização da correspondente declaração de compensação ou restituição, por meio do sistema PER/DCOMP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017; Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, decorrentes da inclusão de receitas que não integram a base de cálculo da contribuição, com fundamentação na Solução de Consulta da Coordenação Geral de Tributação nº 278/2017 da Secretaria da Receita Federal (SRF). Inclui-se a atualização dos créditos apurados e a formalização da declaração de compensação mediante utilização do sistema PER/DCOMP, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Será realizado o monitoramento mensal do recolhimento da Contribuição Compulsória ao PASEP, incorporando a dedução dos créditos apurados por competência, culminando na geração de Relatório Analítico Mensal detalhando os valores apurados, as deduções efetuadas relativas a períodos anteriores e à competência corrente, de forma individualizada; Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título IRRF Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17.

De forma complementar, também integra ao acervo de contratos firmados, o contrato nº 31/2023, formalizado entre o Município de Pium/TO e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, que tem por objeto a contratação de consultoria especializada na recuperação previdência própria, para o município para a recuperação do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros regimes próprios de previdência do Município de Pium/TO. Anexo a este, há a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Pium em favor da empresa META TECNOLOGIA

TRIBUTÁRIA, o qual declara satisfação no cumprimento do objeto, bem como todos os prazos estabelecidos.

Ainda, é apresentado também o contrato nº 52/2025, que celebram entre si o Município de Jequeri/MG e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, objetivando a prestação dos serviços com a parametrização fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maior sobre GFIP/DCTF-WEB, bem como as verbas indenizatórias que envolve o levantamento do recolhimento do INSS/RAT-FAP e apurações dos valores recolhidos indevidamente a título do PASEP/IR e restituição do IRRF para o Município de Jequeri/MG.

Igualmente, o Município de Araguatins/TO formalizou o contrato nº 97/2025 junto à empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, objetivando a prestação dos serviços com a parametrização fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maior sobre GFIP/DCTF-WEB, bem como as verbas indenizatórias que envolve o levantamento do recolhimento do INSS/RAT-FAP e apurações dos valores recolhidos indevidamente a título do PASEP/IR e restituição do IRRF para o Município de Araguatins/TO.

Do mesmo modo, também é formalizado entre o Município de Pequizeiro/TO e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, o contrato nº 12/2025, que tem como finalidade a prestação dos serviços com a parametrização fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maior sobre GFIP/DCTF-WEB, bem como as verbas indenizatórias que envolve o levantamento do recolhimento do INSS/RAT-FAP e apurações dos valores recolhidos indevidamente a título do PASEP/IR e restituição do IRRF para o Município de Pequizeiro/GO. Em adição, junto ao contrato nº 12/2025, também é anexado o atestado de capacidade técnica emitido pelo Município Pequizeiro/TO em favor da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, atestando a capacidade da referida em prestar serviços da mesma natureza ou semelhantes junto a quaisquer órgãos ou entidades públicas.

Em linha semelhante, apresentou-se o contrato nº 47/2025, que celebram entre si o Município de Figueirópolis/TO e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, que tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços especializado de Consultoria e Assessoria Administrativa e Jurídica, empresa especializada para prestação de serviços técnicos de levantamento, identificação e recuperação de créditos tributários, pagos indevidamente ou a maior pelo Município de Figueirópolis-TO. Sobre a Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a Solução de Consulta própria da Coordenação Geral de Tributação n. 278/2017 da SRF, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos

anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título IRPJ Restituição do (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), Decisão STF Repercussão Geral – Tema 1.1130 Instrução Normativa RFB Nº2.145/2023, com parecer Nº 5744/2022 – PGFN e pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023. Há de salientar que o presente contrato também veio dotado de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Figueirópolis em favor da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, comprovando a satisfação do município com relação ao cumprimento dos serviços empregados pela empresa.

Ademais, anexou-se também o contrato nº 166/2025, onde o Município de Nova Serrana/MG formaliza junto à empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, com a finalidade de contratar a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa com a finalidade de levantar e recuperar créditos de tributos para Prefeitura Municipal de Nova Serrana/MG.

Noutro giro, é também anexado o 1º termo aditivo ao contrato nº 047/2023, que formalizam entre si o Município de Caxias/MA e a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica fiscal e tributária, para recuperação de receita por meio de valor agregado, fiscalização e arrecadação, referente a energia elétrica, para compensação junto as obrigações tributárias correntes do município de CAXIAS-MA.

Por fim, foram apresentados três atestados de capacidade técnicas referentes à prestação de serviços de auditoria, levantamento, conferência, análise, apuração e compensação de créditos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, bem como de créditos e repasses vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, envolvendo tanto a esfera administrativa quanto judicial, que compreendem:

- a) Auditoria dos repasses federais (VAAT, VAAF, matrículas do censo escolar, Teto MAC, PAB Fixo e Variável, incentivos e demais transferências SUS);
- b) Identificação de diferenças, glosas, repasses realizados a menor e inconsistências nos demonstrativos de transferência federal do FUNDEB e do SUS;
- c) Reparametrização e validação das bases de cálculo dos repasses;
- d) Formulação de pedidos administrativos de revisão, reproprocessamento e compensação junto ao FNDE/MEC e ao Ministério da Saúde/FNS;
- f) Elaboração de relatórios técnicos e planilhas de cálculo;

g) Acompanhamento técnico até o efetivo reconhecimento dos créditos pelo Município, incluindo suporte para a propositura e condução das medidas necessárias em via judicial.

Os três atestados de capacidade técnicas são idênticos e foram apresentados pelo escritório Bulhões Brabo Magalhães, os quais atestam que a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA atuou, juntamente com o escritório mencionado nos respectivos contratos:

a) Processo Administrativo nº 03010001/2023, Contrato Inexigibilidade no 01/2023, abrangendo auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e SUS, em favor do Município de Delmiro Gouveia/AL;

b) Processo Licitatório nº 043/2025, Contrato Inexigibilidade no 205/2025, abrangendo auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e SUS, em favor do Município de Carnaubeira da Penha/PE; e

c) Processo Administrativo no 102/2025, Contrato Inexigibilidade no 20251010IN0272025, abrangendo auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e SUS, em favor do Município de São Pedro da Água Branca/MA.

Declaram, ainda, que “os serviços foram prestados com excelente desempenho operacional; A empresa cumpriu integralmente todas as obrigações pactuadas; Possui plena capacidade técnica para atuação nas áreas de auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e do SUS, tanto na esfera administrativa quanto judicial; Nada há que a desabone técnica ou comercialmente.”

Diante do exposto, a análise do acervo documental encaminhado pela empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA permite visualizar, de forma cristalina, um histórico técnico consistente, lastreado em múltiplas contratações realizadas em distintos entes federativos, abrangendo demandas previdenciárias e tributárias de alta complexidade. Ainda que os objetos não sejam absolutamente idênticos, é possível reconhecer entre eles correlação temática, metodológica e instrumental.

Nos contratos relacionados ao fluxo administrativo entre RPPS e órgãos de origem, como o Contrato Administrativo nº 54/2024 (Inhaúma/MG) e a Ata de Registro de Preços nº 001/2023 (Pequi/MG), a empresa demonstra capacidade em executar atividades diretamente ligadas ao objeto em análise: triagem documental, levantamento de dados previdenciários, apuração de haveres, reconstrução de vínculos e encaminhamento de processos. Tais competências são essenciais para o serviço que se pretende contratar no âmbito do Consórcio, na medida em que envolvem metodologias de rastreamento, validação e recuperação de valores devidos aos entes públicos, a partir de bases previdenciárias complexas.

Da mesma forma, os contratos firmados com Arraias/TO (Contrato nº 118/2023) e Pium/TO (Contrato nº 31/2023) reforçam a expertise da empresa na recuperação previdenciária junto ao

RGPS e regimes próprios, permitindo identificar créditos não repassados, repasses indevidos e compensações pertinentes. Nestes casos, inclusive, os atestados de capacidade técnica confirmam não apenas a realização exitosa dos serviços, mas também o cumprimento pontual das obrigações, reforçando a consolidação da empresa como executora especializada na seara previdenciária.

Por seu turno, os contratos firmados com Juvenília/MG (Contrato nº 08/2024), Taguatinga/TO (Contrato nº 235/2022), Cezarina/GO (Contratos nº 197/2025 e nº 165/2025), Caseara/TO (Contrato nº 049/2025), Jequeri/MG (Contrato nº 52/2025), Araguatins/TO (Contrato nº 97/2025), Pequizeiro/TO (Contrato nº 12/2025) e Figueirópolis/TO (Contrato nº 47/2025) evidenciam, de forma complementar, uma robusta atuação tributária da empresa, com ênfase em auditorias de GFIP/DCTF-WEB, adequação de alíquotas RAT/FAP, recuperação de PASEP, restituição de IRRF/IRPJ, compensações via PER/DCOMP e revisão de valores previdenciários recolhidos indevidamente, fazendo com que tais atividades guardem correlação direta com objeto em exame.

Outros contratos, como o firmado com Acrelândia/AC (Contrato nº 149/2024), reforçam a capacidade da empresa em atuar simultaneamente em créditos do INSS, ISSQN, FAP/RAT e energia elétrica, confirmando a amplitude técnica da contratada. Já o contrato celebrado com Nova Serrana/MG (Contrato nº 166/2025) reveste-se de especial relevância para o presente processo, pois corresponde a contratação por inexigibilidade realizada por ente consorciado, o que demonstra confiança institucional e agrega segurança adicional à instrução do presente procedimento.

Adicionalmente, o Termo Aditivo celebrado em Pequi/MG, bem como os atestados emitidos por Taguatinga, Arraias, Figueirópolis, Caseara, Carnaubeira da Penha, Pequizeiro e outros, trazem elementos essenciais para a comprovação de notória especialização: pontualidade, excelência técnica, qualidade dos serviços prestados, postura ética e plena idoneidade. A existência de múltiplos aditivos e renovações contratuais é, igualmente, indicador de satisfação continuada dos entes contratantes, elemento relevante em se tratando de serviços técnicos especializados que exigem continuidade metodológica e alto grau de confiabilidade.

Ademais, diante do conjunto de atestados apresentados relativos à atuação da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA na auditoria, revisão, recuperação e compensação de créditos vinculados ao FUNDEB e ao Sistema Único de Saúde – SUS, observa-se, de forma inequívoca, a consolidação de expertise técnica altamente especializada em duas das áreas mais sensíveis do financiamento das políticas públicas municipais.

Os documentos demonstram que a empresa executou, de maneira reiterada e bem-sucedida, atividades de elevada complexidade, tais como auditoria dos repasses federais (VAAT, VAAF, censo escolar, Teto MAC, PAB fixo e variável, incentivos e demais transferências SUS), identificação de glosas e inconsistências, reparametrização de bases de cálculo, formulação de pedidos administrativos de revisão e reprocessamento de valores, instrução técnica de demandas

judiciais e acompanhamento integral até o reconhecimento dos créditos pelos órgãos federais competentes.

Concomitantemente, as declarações expressas de que a empresa apresentou “excelente desempenho operacional”, “cumpriu integralmente todas as obrigações pactuadas”, “possui plena capacidade técnica para atuação nas áreas de auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e do SUS, tanto na esfera administrativa quanto judicial” e “nada há que a desabone técnica ou comercialmente” constituem elementos objetivos que corroboram, de forma categórica, a sua idoneidade profissional e a sua reputação técnica no mercado.

Nesse sentido, tais elementos revelam, de maneira clara, que a empresa não apenas detém domínio técnico sobre a legislação e os sistemas operacionais afetos aos repasses vinculados do Fundeb e do SUS, como também domina metodologias específicas de auditoria, reconstrução documental, parametrização financeira e condução de estratégias administrativas e judiciais para recuperação de receitas públicas. Essa atuação, comprovada em contratos distintos com os Municípios de Delmiro Gouveia/AL, Carnaubeira da Penha/PE e São Pedro da Água Branca/MA, evidencia a amplitude territorial da prestação dos serviços e o reconhecimento institucional conferido à empresa em diferentes regiões do país.

Assim, a apresentação desses atestados de capacidade técnica, somada ao escopo detalhado das atividades desempenhadas e ao desempenho satisfatório certificado pelos entes contratantes, reforça substancialmente a comprovação da notória especialização da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA nas áreas de auditoria e recuperação de créditos do FUNDEB e do SUS.

Não se pode desconsiderar, ainda, que a Presidência do CIMMVI já havia demandado previamente a análise da inexigibilidade da empresa, mesmo antes do envio de toda a documentação, fato que reforça o reconhecimento institucional da expertise da proponente e deve ser devidamente registrado, conforme recomendação expressa do parecer preliminar.

Diante da análise do conjunto dos contratos apresentados, verifica-se que a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA possui vasta, diversificada e comprovada experiência na execução de serviços de natureza diretamente correlata ao objeto em exame, tanto na seara previdenciária (RPPS e RGPS) quanto na seara tributária associada à recuperação de créditos e valores devidos aos entes públicos.

Os numerosos atestados de capacidade técnica constantes dos autos, emitidos por diferentes municípios de diversos Estados da Federação, convergem para atestar não apenas a capacidade operacional da empresa, mas também sua idoneidade, confiabilidade, excelência técnica e desempenho satisfatório, elementos que integram o conceito jurisprudencial e doutrinário de notória especialização, especialmente para fins de contratação por inexigibilidade.

Ressalta-se, ademais, que a empresa já foi contratada por ente consorciado (Nova Serrana/MG) por meio de inexigibilidade de licitação, fato que guarda relevância singular ao presente processo, pois reforça a confiança institucional na executora e consolida o entendimento de que sua atuação revela-se adequada, segura e eficaz no contexto dos municípios que compõem o Consórcio.

No que tange à qualificação dos profissionais, a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA indicou 6 (seis) colaboradores que serão responsáveis pelo cumprimento do objeto.

Deste modo, são apresentados 2 (dois) colaboradores profissionais na área de Direito, devidamente matriculados na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; 1 (um) colaborador profissional na área de Direito, registrado na Ordem dos Advogados do Brasil e pós-graduado em “Lato Sensu em Gestão Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência; 1 (um) profissional Contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade da sua respectiva região; 1 (um) profissional denominado “analista de COMPREV” dotado de Certificado de Participação de Curso COMPREV; e 1 (um) profissional administrador, devidamente no Conselho Regional de Administração de sua região e pós graduado em “Lato Sensu”.

À vista da qualificação profissional apresentada, verifica-se que a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA dispõe de equipe multidisciplinar plenamente habilitada para a execução do objeto contratual, composta por profissionais com formação e registros regulares nos respectivos conselhos de classe, além de especializações diretamente relacionadas à matéria previdenciária e fiscal. A presença de advogados regularmente inscritos na OAB, inclusive um deles pós-graduado em Gestão Previdenciária e Regimes Próprios, aliada à atuação de contador registrado no CRC, administrador com especialização lato sensu e analista certificado em COMPREV, demonstra a existência de competências técnicas complementares e essenciais à adequada condução das atividades de análise, recuperação de créditos, triagem documental, instrução processual e interlocução com sistemas previdenciários oficiais.

Deste modo, o conjunto apresentado evidencia não apenas conformidade com as exigências do objeto, mas também capacidade operacional consolidada, aptidão técnica compatível com a complexidade do serviço e estrutura humana qualificada para a entrega de resultados, reforçando a idoneidade e a confiabilidade da empresa para o atendimento das demandas do Consórcio.

Nesse liame, tal acervo documental demonstra, de forma objetiva e verificável, o exercício habitual e qualificado das atividades de consultoria, assessoria técnico-tributária, auditoria fiscal, previdenciária e contábil, constituindo elemento fático que corrobora o requisito legal de “experiência comprovada” previsto no § 3º do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021.

Dessa forma, o conjunto probatório apresentado não apenas satisfaz, mas reforça de modo inequívoco a caracterização jurídica da notória especialização, conferindo suporte técnico-fático

robusto à inviabilidade de competição e à contratação direta fundamentada no art. 74, III, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 – CONCLUSÃO

À vista de todo o exposto no presente documento, verifica-se que a contratação pretendida enquadra-se integralmente na hipótese legal de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, cuja execução demanda elevado grau de complexidade, metodologia própria, tratamento técnico de bases de dados sensíveis, conhecimento normativo aprofundado e emprego de solução informatizada específica, características estas que afastam a possibilidade de competição em bases objetivas.

A análise realizada demonstra que a singularidade do objeto decorre de sua própria natureza: a recuperação de créditos previdenciários e tributários exige competências multidisciplinares (jurídica, contábil, fiscal, atuarial e tecnológica), além de metodologias, processos internos e ferramentas informatizadas exclusivas, o que inviabiliza comparações meramente quantitativas entre potenciais prestadores e caracteriza a ausência de critérios padronizáveis de competição.

Cumprindo, ainda, consignar que a dinâmica própria dos serviços de recuperação de créditos é marcada por elevado grau de imprevisibilidade quanto aos montantes efetivamente recuperáveis, ao índice de êxito em glosas e impugnações e ao tempo de retorno financeiro, fatores que dependem de variáveis externas ao controle da Administração e da contratada (postura dos órgãos fazendários e previdenciários, interpretação normativa vigente, qualidade e histórico das bases de dados, volume de inconsistências identificadas, entre outros). Nessas condições, um certame competitivo tradicional, ancorado em critérios objetivos de julgamento, não se revela meio idôneo para selecionar, de antemão, a proposta mais vantajosa, justamente porque não é possível mensurar e comparar, de forma padronizada, o resultado econômico potencial das diferentes metodologias ofertadas, o que reforça a conclusão pela inviabilidade de competição.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa proponente apresentou desempenho anterior comprovado, por meio da juntada de 20 (vinte) contratos firmados com diversos órgãos e entidades da Administração Pública, os quais evidenciam a execução reiterada, especializada e bem-sucedida de serviços idênticos ou equivalentes ao objeto ora analisado. Tal conjunto probatório satisfaz plenamente os elementos previstos no § 3º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange à experiência, organização, equipe técnica e conceito profissional, permitindo concluir que se trata de empresa de notória especialização.

Diante disso, conclui-se que estão plenamente preenchidos os requisitos legais para a contratação direta, recomendando-se o regular prosseguimento do processo administrativo, com a formalização dos atos subsequentes necessários ao atendimento do interesse público consorciado.



Divinópolis/MG, 27 de novembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Coordenador de Programa